

## A Presença Indígena no Telejornal Liberal: Redes de Memória e Identidade

*La presencia indígena en Telediario liberal:  
La memoria y la Red de Identidad*

*The Indigenous Presence in the Liberal Telejournal:  
Memory and Identity Networks*

**Analaura Corradi<sup>1</sup>**  
**Douglas Junio Fernandes Assumpção<sup>2</sup>**  
**Karen dos Santos Correia<sup>3</sup>**

### Resumo

Desde o início da colonização, nas primeiras cartas enviadas à Europa, os povos indígenas passaram a ser descritos pelo olhar estrangeiro. A interação com os colonizadores propiciou para que as práticas indígenas sofressem alterações e as legitimações discursivas sobre eles começassem a se constituírem. Tomando a análise do discurso como uma referência teórico-metodológica, este artigo se propõe analisar um vídeo, de 7 minutos e 51 segundos, referente a uma matéria sobre protestos realizados pelos indígenas da etnia Munduruku na cidade Jacareacanga – estado Pará, veiculado no telejornal Liberal 1ª edição – afiliada da Rede Globo, no dia 3 de julho de 2012. Essa análise se fundamenta nas discussões teóricas dos estudos culturais envolvendo redes de memória e identidade sendo atravessadas pela perspectiva discursiva foucaultiana, e estudos sobre identidade, discurso e mídia, usando a análise do discurso para compreender como as produções discursivas midiáticas estão permeadas de relações de poder, regimes de verdade e procedimentos de controle que legitimam discursos sobre os indígenas brasileiros. Neste, o discurso veiculado sobre os indígenas mostra o que é ser indígena no Brasil: agressivo e selvagem. Depara-se, com isso, que a matéria televisiva coloca em circulação enunciados que se inscrevem em uma rede de memórias estabelecendo um indígena selvagem e perigoso.

*Palavras-Chave:* Análise do discurso. Telejornal. Sociedades Indígenas. Redes de Memória. Identidade

### Resumen

*Desde el comienzo de la colonización, las primeras cartas enviadas a Europa, los indígenas comenzaron a ser descrito por la mirada extranjera. La interacción con los colonos condujo a prácticas indígenas sufren cambios y la legitimación discursiva de ellos comienzan a incurrir. Tomando el análisis del discurso como un referente teórico-metodológico, este artículo tiene como objetivo analizar un video de 7 minutos 51 segundos relacionadas con un asunto en las protestas de los indígenas de la etnia munduruku en la ciudad Jacareacanga - el estado de Pará, al aire en las noticias de televisión liberal 1ª edición - afiliada de la red Globo, el 3 de julio de 2012. Este análisis se basa en las discusiones teóricas de los estudios culturales que involucran redes de la memoria y la identidad de ser atravesados por la perspectiva discursiva de Foucault, y estudios sobre la identidad, discurso y medios de comunicación, el uso de la el análisis del discurso para entender cómo los medios de comunicación discursiva producciones están permeadas por relaciones de poder, los regímenes de verdad y los procedimientos de control que el discurso legítimo sobre los indios brasileños. En el discurso transmitido en programas indígenas lo que se está indígenas de Brasil: agresiva y salvaje. se enfrenta con eso, que la televisión pone asuntos establecidos en la circulación son parte de una red de recuerdos que establecen un salvaje y peligroso indígena.*

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Agrárias, Coordenadora do Mestrado e Doutorado em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia – UNAMA, Belém, Pará, Brasil. Email: [corradi7@gmail.com](mailto:corradi7@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura; Universidade da Amazônia – UNAMA; Belém, Pará, Brasil; [rp.douglas@hotmail.com](mailto:rp.douglas@hotmail.com).

<sup>3</sup> Mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil. E-mail: [karenletrasrp@gmail.com](mailto:karenletrasrp@gmail.com)

*Palabras claves: análisis del discurso. noticias de la televisión. Las sociedades indígenas. redes de memoria. Identidad*

#### **Abstract**

*From the beginning of the colonization, in the first letters sent to Europe, the indigenous people came to be described by the foreign look. The interaction with the settlers made it possible for indigenous practices to undergo changes and the discursive legitimations over them began to be constituted. Taking the analysis of the discourse as a theoretical and methodological reference, this article proposes to analyze a video, 7 minutes and 51 seconds, referring to a story about protests carried out by the Munduruku Indians in the city of Jacareacanga, Pará, published in the Liberal television news program 1st edition - Rede Globo affiliate, on July 3, 2012. This analysis is based on the theoretical discussions of cultural studies involving networks of memory and identity being crossed by the Foucaultian discursive perspective, and studies on identity, discourse and the media, using the Discourse analysis to understand how media discursive productions are permeated by power relations, truth regimes and control procedures that legitimize discourses about Brazilian natives. In this, the discourse on the Indians shows what it is to be indigenous in Brazil: aggressive and wild. In this way, the television matter puts into circulation statements that are part of a network of memories establishing a savage and dangerous indigenous.*

**Keywords:** *Discourse analysis. Newspaper. Indigenous Societies. Memory Networks. Identity*

## **1. Introdução**

Os meios de comunicação atrelados às inovações tecnológicas materializam discursos construídos com base em procedimentos de exclusão e um desses procedimentos é a interdição, segundo Foucault (1996). Ao reportamos à questão indígena em um telejornal, por exemplo, vimos um indígena interditado, ignorado, excluído do direito de fala e isento do controle e organização do discurso sobre ele mesmo.

As redes de memória sobre os povos indígenas são recorrentes através dos diversos discursos dos meios de comunicação, porém, em alguns casos suas produções discursivas midiáticas produzem uma rede simbólica que forja a identidade sobre eles, considerando-os, por exemplo, como selvagens, exóticos e violentos. Esse discurso trata-se de uma invenção, ou seja, uma “falsificação forjada pelas relações de poder do sistema colonial, que instituiu um índio genérico, antropófago, sem roupa, sem conhecimento e de mentalidade primitiva” (NEVES; 2009, p. 23).

Dessa forma, este trabalho discorre sobre a presença indígena no telejornal tendo como objeto de análise uma matéria veiculada pelo Telejornal Liberal 1ª edição, filiada da Rede Globo de Comunicação, no dia 3 de julho de 2012, em que mostra indígenas da etnia Munduruku realizando um protesto no município Jacareacanga – estado Pará. Esta reportagem coloca em circulação, pelas imagens e pelo texto da narradora, discursos que retomam a memória de uma identidade indígena relacionada à selvageria, pois eles aparecem como pessoas perigosas, enquanto os não-indígenas como vítimas.

A partir disso, considera-se relevante analisar os sentidos que esta reportagem produz, a partir dos procedimentos de controle que estabelecem verdades na mídia televisiva sobre os indígenas e contribuem para forjar suas identidades.

Essas verdades, por sua vez, contribuem para a construção de uma identidade selvagem, quando se trata dos indígenas brasileiros. Um fato que não difere de outros discursos já (re) produzidos desde o início da colonização, estabelecido desde os primeiros processos de mediação com os colonizadores. Denota-se com isso, que esta rede de memórias que reafirma a identidade indígena como selvagem foi, em grande medida, fabricada por não-indígenas, em situações em que, recorrentemente, os próprios povos indígenas são interditados, pois nem sempre têm o direito de expor sua versão da verdade.

Compreende-se que o discurso se constrói com base em regras de formação, dentre as quais é inevitável a existência de saberes advindos de outros tempos históricos que mesclam com os saberes atuais. Para uma análise discursiva, os sujeitos são seres sociais e históricos, atravessados por redes de memórias. Suas ações, comportamentos e percepções são (re)criados ao longo do tempo, se efetivando em momentos históricos e políticos diferentes, mas que são reelaborados pelas novas experiências desses sujeitos, delineados pelos regimes de verdades e pelas relações de poder deste momento histórico

## **2. Redes De Memória E Identidade**

Para Michel Foucault (1996) o discurso pode ser considerado um acontecimento significativo para a constituição do sujeito que possui memória (re)criando saberes em um determinado lugar e tempo histórico denotando efeitos de sentidos. Por isso, o desenvolvimento e a formação de identidades estão atrelados à questão da subjetividade ao perceber que o sujeito é o próprio construtor de seu discurso.

De acordo com Gregolin (2005) certos discursos que circulam na mídia contemporânea produzem uma rede simbólica que forja identidades a partir de uma “estética de si”. São práticas discursivas que constituem verdadeiros dispositivos identitários e produzem subjetividades como singularidades históricas a partir do agenciamento de trajetos e redes de memórias.

A palavra “acontecimento”, por exemplo, foi proferida pela primeira vez por Michel Foucault em 1986, no livro *A Arqueologia do saber*, ao afirmar que todo acontecimento discursivo se refere a uma série de discursos realizados em um dado momento e em um dado lugar. Verifica-se um conjunto de enunciados produzidos na história que não podem ser

esgotados inteiramente. Os acontecimentos promovem um jogo de relações entre enunciados que se ligam a uma memória.

Os discursos veiculados na mídia promovem deslizamentos que produzem efeitos sobre as representações e as identidades fazendo retornar formulações anteriores. Trabalho da memória, os enunciados integram-se a redes de outras formulações e constituem outros trajetos de sentidos. Cada enunciado relaciona-se com outras séries de formulações, com outros trajetos que se cruzam e constituem identidades através da reativação da memória discursiva.

“A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Hall, 2002, p. 9). É a partir dessa afirmação de uma “crise de identidade” que Hall (2002) desenvolve os argumentos que possibilitam visualizar o desenvolvimento dessa crise identitária. São transformações nas sociedades modernas do século XX que estão deslocando ou descentrando o sujeito do seu espaço na sociedade e de si mesmo, gerando uma crise de identidade para os indivíduos.

Com isso verifica-se uma transformação ocorrida na identidade do sujeito moderno, que passa de sujeito unificado a sujeito contraditório, descentralizado, características estas proporcionadas por mudanças ocorridas na modernidade tardia, resultantes do processo globalização. Isso mostra que as sociedades modernas são sociedades pautadas na ideia de mudança constante, rápida e permanente. E é este caráter de mudança permanente que as distingue das sociedades tradicionais.

Ainda segundo Hall (2002), o processo de descontinuidades libertou os indivíduos das amarras da tradição, promovendo uma ruptura com o passado. Essas sociedades também são caracterizadas por não possuir um centro organizador único, elas são formadas por uma pluralidade de centros de poder. Essa sociedade é marcada pela diferença. Diferenças que produzem diferentes sujeitos, isto é, identidades para os indivíduos.

Para Bauman (2005), as transformações globais da modernidade líquida trazem o problema da identidade na atualidade, pois ela perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, pré-determinada e inegociável ocasionando a ‘identificação’. Ela se tornar cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso

Há novas identidades, grupos virtuais (possibilitados pelas mídias digitais) efêmeros, que criam um “sentimento de nós”, uma ilusão de intimidade, um simulacro de comunidade. A modernidade tardia caracteriza-se pela mobilidade, pelas identidades móveis.

A globalização cria uma verdadeira indústria de identidades (descartáveis, flutuantes) e faz parecer a cada indivíduo que ele deve capturá-las em pleno voo, usando seus próprios recursos e ferramentas. É preciso buscar essas identidades móveis, pois acomodar-se em uma identidade fixa é muito mal-visto. É preciso ter mobilidade, pois a identidade deve ser um manto leve pronto a ser despido a qualquer momento.

Para Foucault (1995), na sociedade contemporânea, as lutas giram em torno de uma mesma questão: a da busca da identidade. O principal objetivo dessas lutas não é o de atacar esta ou aquela instituição de poder, ou grupo, ou classe ou elite, mas sim uma técnica particular, uma forma de poder que se exerce sobre a vida cotidiana imediata.

Esse poder, contra o qual os sujeitos se digladiam em micro-lutas cotidianas, classifica os indivíduos em categorias, designa-os pela individualidade, liga-os a uma pretensa identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles.

Percebe-se ainda que a construção da identidade está ligada diretamente aos vários tipos de relações, tanto sociais, culturais, econômicas, quanto políticas, psicológicas e raciais. A constituição da identidade parte, então, das estruturas de produção, reprodução, da memória coletiva e individual que permeiam a sociedade. Os indivíduos redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais, que se enraízam na estrutura social e no seu quadro de espaço-tempo.

Sendo assim, as populações vão ressignificar suas culturas originárias e suas identidades ao longo do processo social. Hall (2011) considera que as questões relacionadas com as identidades culturais e nacionais vão dar lugar a um novo *status* no papel das identidades. Para ele, mesmo que a identidade cultural tenha sido construída por meio da diferença, seu significado não é fixo. Isso não significa, no entanto, negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que ao reivindicá-la em cada momento nós a reconstruímos.

Para Hall (2011), o sujeito do iluminismo que é centrado no seu eu é o sujeito pós-moderno, já possui uma interação com os elementos exteriores para contribuir na construção de sua identidade. Parte-se, portanto, da ideia das lembranças junto com esses elementos exteriores para a formação identitária.

Segundo Pollak (1992), existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Uma experiência vivida em uma dada época e em um dado lugar específico que, por sua vez, ficaram marcados em sua memória. Estas são algumas

características da memória que fornecem um arcabouço de conhecimento de si mesmo. Porém, o esquecimento de uma dada situação também funciona como elementos constitutivos dessa memória.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204).

Essa memória, no entanto, não pode ser enquadrada, emoldurada de acordo com os interesses próprios, pois é livre e atua em seus personagens de forma bastante livre sem interferências. Emerge repentinamente remetendo às lembranças do já vivido. Pode ser construída consciente ou inconsciente, pois o que a memória grava, recalca, exclui, relembra é o resultado de um trabalho de organização.

A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca ou o sinal de sua cultura. Ao reconhecer nessa memória o que se distingue e o que se aproxima, identifica-se a história e os seus acontecimentos mais marcantes, desde os conflitos às iniciativas comuns. E a identidade cultural define o que cada grupo é e o que o diferencia uns dos outros.

A ligação entre memória e identidade é relevante, pois a memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria memorização, o que estará ligado à questão de identidade, de modo que a identidade cultural e a memória reforçam-se mutuamente.

Por identidade entendem-se os aspectos peculiares de um determinado grupo com suas crenças e experiências comuns que formam a identidade. Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. (HALL, 2000, p. 106).

Assim, dialogando com Michel Foucault (1996), o discurso pode ser considerado um acontecimento significativo para a constituição do sujeito que possui memória (re)criando saberes em um determinado lugar e tempo histórico denotando efeitos de sentidos. Por isso, o desenvolvimento e a formação de identidades estão atrelados à questão da subjetividade ao perceber que o sujeito é o próprio construtor de seu discurso e de outrem.

### **3 Sociedades Indígenas: Identidade Inventada**

O discurso se desempenha como um dispositivo capaz de contribuir para a construção de uma identidade, neste caso, do indígena brasileiro que possui como alicerce não só a cultura indígena, mas também a cultura ocidental, apresentando elementos que ditam regras sociais e legitimações que, por sua vez, são inseridas na cultura indígena.

Dessa forma, por haver presença de indígenas nas diversas mídias, faz-se necessário compreender como a ordem do discurso acontece na construção das subjetividades indígenas na mídia, bem como o firmamento de suas identidades que, em alguns casos, são tomadas de forma generalizada, sem atentar para as singularidades de cada grupo, etnia, aldeia etc. E isto decorre desde a história da colonização brasileira, a partir do momento em que europeus falam sobre os indígenas, começando assim a determinar quem eles são.

A palavra índio foi atribuída aos povos nativos da América, pela primeira vez, por Cristóvão Colombo, que contundentemente afirmou em seus registros ter chegado às Índias. Os enunciados destes documentos estabeleceram o primeiro processo de mediação entre os dois continentes. A partir deles, instituem-se os primeiros processos de recepção na Europa, em relação aos povos indígenas brasileiros e, se por um lado eles justificaram a violência da colonização, por outro, deram início às primeiras discussões sobre os direitos das populações nativas. (NEVES, 2009, p. 36).

A partir disso, percebe-se, de acordo com Neves (2009), que a constituição da identidade dos indígenas brasileiros sofreu fortemente interferência dos ocidentais. Desde o início, os colonizadores tomaram os indígenas como se todos pertencessem a uma única sociedade, além de serem considerados como seres preguiçosos, selvagens etc.

Hoje, ainda existem práticas discursivas criadas no sistema colonial que se materializaram nas palavras, nos corpos e nos artefatos culturais. Nas matérias produzidas pela TV Liberal (Belém /PA), quando os indígenas aparecem, suas imagens e palavras retomam esta memória da colonização e evidencia os indígenas com arcos, flechas e pintados, condição indispensável para que apareçam na televisão.

De acordo com Neves (2009), as descrições feitas por Cristóvão Colombo e sua geração, a partir de uma série de dispersões, lançaram as bases da memória discursiva do Ocidente sobre os “índios” e esta história vai percorrer caminhos diversos, com discursos que serão retomados, refutados, afirmados, e/ou negados. Compreender como a mídia constrói, hoje, as diferentes identidades indígenas é fazer a história descontínua dos acontecimentos que envolvem as sociedades indígenas e sua relação com as sociedades ocidentais.

Segundo Foucault (2005, p. 9):

Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável: o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica.

Hoje, as práticas discursivas apresentam enunciados sobre as sociedades indígenas em diversas mídias, porém a produção desses discursos que não são feitas pelos indígenas. Se tornam construções históricas sobre os indígenas que aparecem na televisão de forma

estereotipada. Nos telejornais, por exemplo, os produtores, intencionalmente, recorrem na maior parte dos casos às imagens de conflitos de terra e aos problemas da saúde, quando tratam de assuntos indígenas.

A invenção do índio implica pelo menos dois sentidos para o uso da palavra *invenção*. Trata-se de uma falsificação forjada pelas relações de poder do sistema colonial, mas também pode ser interpretada em um sentido mais construtivo, pois os povos indígenas, em muitas circunstâncias, resistiram e ainda hoje, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentam, continuam reinventando suas tradições e demarcando suas fronteiras culturais.

De acordo com Neves (2012, p. 1), “Em programações especiais, normalmente, aparecem aldeias indígenas mais isoladas dentro da floresta, cujo exotismo de suas culturas, por vezes, em abordagens sensacionalistas, ocupa o centro das atenções”.

#### **4. Indígena Inventado no Telejornal**

Para Coutinho (2012), a definição de notícia ainda se encontra muito difusa e tem se ligado mais a ideia de interesse público, por isso é importante envolver as questões dos sujeitos, do local, da cultura e da história. Isso, portanto, remete à compreensão também das estratégias dos meios de comunicação e das condições de produções jornalísticas televisivas.

Neste caso, considera-se relevante trazer a discussão do local da matéria analisada, em que ele é produzido no cenário amazônico e falando sobre as questões indígenas amazônicas por meio de uma matéria factual. Ou seja, é o local falando dele mesmo no dia a dia.

É relevante perceber como um evento pode virar notícia. Por isso, Coutinho (2012) diz que há vários critérios de noticiabilidade para que um caso vire notícia, com os critérios de seleção de notícias e editoriais. Há um processo de seleção de temas, assuntos e fatos que serão transformados em notícias e adquirem visibilidade pública, denotando interesses de notícias, como a carga de conflito, de interesse público, o tipo de mídia, o interesse e concorrência entre as empresas de comunicação e os assuntos ditos rotineiros.

Para Coutinho (2012), os valores-notícia, como são considerados aqui no ponto de vista normativo, não garantem a noticiabilidade de nenhum fato. A noticiabilidade deve ser entendida como a probabilidade de um fato vir a ser efetivamente notícia, o que implica atender outros critérios além de possuir os atributos compatíveis com os valores-notícia.

Um elemento importante a ser considerado em uma análise de uma matéria de um telejornal é o papel, a função do próprio jornalista no desenvolvimento, preparo da notícia e na construção desse discurso. Além disso, considerar as seleções das imagens e textos no contexto social e cultural, verificando o que as notícias dizem e o que elas não dizem, e quem tem e não tem o direito de estar num estúdio.

Para Costa (2011, p.165 e 166),

Os jornalistas são os que falam de tudo e de todos nos veículos de comunicação de massa, são eles que decidem quem entra e o que entra no mundo da visibilidade construído pelos telejornais exibidos em cadeia nacional. Como agentes autorizados, trabalhando em empresas adquirentes de concessões públicas, são eles que tudo dizem e que tudo fazem ver. [...] Os jornalistas se dividem entre experiências vividas e recortes traçados na (re)construção do presente. E vivem sempre entre a pressão do tempo e a necessidade imperativa de produzir um novo acontecimento a cada momento, disponibilizando informações processadas por aparatos tecnológicos, que imediatamente possibilitarão o acesso de milhares de pessoas ao fato que agora há pouco foi transformado em notícia.

Eles recorrem ao fato, se valendo dos acontecimentos de uma sociedade global, colocando todos os fatos, contextualizando e conduzindo o interlocutor a uma série de textos e imagens, no caso da mídia televisiva. Ele é responsável pelo veículo o qual trabalha, adota uma linha editorial de acordo com interesse da população e/ou empresa a qual está vinculado.

Utilizando-se do domínio da escrita, a fluência verbal, o questionamento constante, capacidade de assimilar e sintetizar informações, como o interesse por questões de todas as áreas constrói discursos que são veiculados pelos meios de comunicação.

A televisão por ter um alcance considerável, funciona como um meio de difusão da informação. De acordo com Coutinho (2012), a televisão também poderia se constituir em um importante instrumento de informação, de acesso ao mundo por meio de seus sons, textos e imagens exibidas na tela. Essa é a premissa fundamental, quase crença, de telejornalismo, gênero televisivo que pertence à categoria da informação.

No telejornalismo a notícia engloba o fato com imagens e textos, tornando-se como um produto e um bem social como defende Morán (1986), o mesmo destaca os critérios utilizados na seleção e organização de informações na televisão: interesse a anormalidade; imprevisibilidade e atualidade; proximidade física ou afetiva; quantidade e poder multiplicador; critérios retóricos.

Ao abordar sobre essas questões, Coutinho (2012, p. 46) reflete que

Os acontecimentos que interessam à televisão, e que teriam maior probabilidade portanto de se converter em notícia, seriam aqueles que se afastam da norma e/ou que se situam para além dela. Os fatos inesperados, especialmente aqueles que ocorrem no tempo presente, também teriam os atributos de uma notícia televisiva.

Costa (2011), ao analisar uma série especial do caso Raposo Serra do Sol (reserva indígena) composta por três reportagens discorre sobre o assunto mostrando as condições de produção que tornaram o caso se tornar notícia. As cenas de violência eram atuais, os sons das bombas eram evidentes e o cenário amazônico em chamas tinha sido capturado, mostrando um confronto entre indígenas e arroteiros na referida reserva indígena, aspecto suficiente para

se tornar destaque em âmbito nacional. E por isso, era algo que deveria ser publicizado em rede nacional, por ser factual e contundente de imagens de violência. Afinal,

[...] Televisão é imagem. Com tiros e bombas explodindo em rede nacional o destaque era inevitável. Ainda mais se o conflito envolvia índios, sempre vistos como pacíficos, e se o local do acontecimento era a Amazônia que estava pegando fogo. As imagens são semelhantes às de filmes policiais de ação: índios reunidos, policiais fazendo revistas, tiros, bomba, homens encapuzados, fumaça, correria, índios feridos, helicópteros sobrevoando a área. (COSTA, 2011, p. 126).

Em termos discursivos pensam-se as condições de produção que tomam a notícia. Não só as imagens em movimento e os textos veiculados, mas a história, o contexto social, as seleções e as relações de poder regidas pelos procedimentos de controle podem formatar uma matéria no telejornal.

A mídia se organiza a partir de relações de poder, historicamente construídas e que, no jogo dos acontecimentos, dos fatos, vão construindo e proferindo discursos. Afinal, não se pode negar que a televisão, segundo Coutinho (2012), é um veículo cujo apelo competitivo, em relação às outras mídias, residiria no fascínio da imagem em movimento, e em cores.

De acordo com Raymond Williams (2011), as técnicas de produção de um vídeo são intencionais, pois demonstram o que de fato deve ser visto pelo público e como deve ser visto. Segundo o autor:

É nesse sentido que o rádio e a televisão, em todas as formas diversas da transmissão direta mais simples (e então o vídeo e o filme), devem ser vistos como modos alternativos ao invés de modos simplesmente amplificadores ou duráveis. Mesmo na transmissão televisiva direta, assuntos aparentemente tão técnicos como o posicionamento da câmera são um elemento significativo crucial. [...] o que está “sendo visto” no que parece ser uma forma natural é em parte, ou em grande parte, o que é “feito para ser visto”. (WILLIAMS, 2011, p. 83).

Aponta-se com isso, que o papel dos meios de comunicação, bem como dos sujeitos envolvidos produzem um discurso que forjam a identidade dos indígenas brasileiros a partir do que é materializado na mídia. O discurso político e ideológico da televisão “[...] contém construtos retóricos que tentam persuadir e convencer” (KELLNER, 2001, p. 143). A televisão, uma das principais mediadoras nos processos discursivos na sociedade, materializam discursos compreendidos em uma rede de memórias, construindo verdades, e segundo Foucault (1996) vontades de verdade.

## **5. Processo Metodológico**

A proposta desse estudo é realizar a análise do discurso tendo como objeto de análise o vídeo referente a uma matéria sobre protestos realizados pelos indígenas da etnia

Munduruku na cidade Jacareacanga – estado Pará, veiculada no Telejornal Liberal 1ª edição – afiliada da Rede Globo, no dia 3 de julho de 2012

Por ser uma mídia audiovisual, faz-se necessário analisar texto e imagem, mas entender que, além disso, os discursos veiculados são materializados com base em procedimentos de controle, relações de poder e regimes de verdade, bem como incluídos em uma rede de memória.

Tem a preocupação de verificar os discursos produzidos pela mídia televisiva sobre a presença indígena, observando as relações de poder, os regimes de verdades e o discurso proferido. Assim, tem-se como problemática: De que forma os indígenas são veiculados pelo telejornal Liberal 1ª edição nesta matéria.

## 6. Análise do Material

As relações de poder, os regimes de verdade e os procedimentos de controle abordados por Foucault (1996), contribuem para entender como o discurso sobre os indígenas foi construído nessa matéria. De acordo com Courtine (2011), a intericonicidade auxilia para analisar os corpos no discurso, verificando como o indígena aparece nas imagens e como os não-indígenas aparecem. E tanto a memória de imagens e o discurso se inscrevem em uma rede de memória, a qual já discutida com base em Halbwachs (2006) e Gregolin (2008).

Afinal, os discursos inscritos em uma rede de memórias são materializados na mídia televisiva com base em procedimentos de controle e relações de poder. O discurso é produzido com as condições de possibilidades circunscritas no acontecimento. A análise acontece verificando os efeitos de sentido das imagens e textos então veiculados.



Figura 1 - Incêndio do posto da Polícia Militar do Estado Pará  
Fonte: Telejornal Liberal 1ª edição – Afiliada da Rede Globo. Em: 03/07/2012.

Uma das imagens mais evidentes e que aparece três vezes na matéria se refere a essa cena (Figura 1). É uma cena do posto da polícia militar do estado do Pará em chamas ocasionado pelos indígenas em ritual de protesto quanto ao assassinato de um indígena em Jacareacanga/PA.

As falas das jornalistas, ao longo da matéria, evidenciam os indígenas como agressores e selvagens, dando a sensação de que toda a cidade de Jacareacanga estaria sendo incendiada. Porém, o caso completo e o desfecho dele não foram veiculados nesta matéria, promovendo assim efeitos de sentido de violência e selvageria por parte dos indígenas, já que as imagens e os textos discursivizados enfatizaram um caso isolado (indígenas da etnia munduruku alteando fogo no posto da polícia militar) em relação ao caso todo que corresponde ao assassinato de um indígena e a reivindicação de ser realizada a justiça pelos próprios indígenas.

A seleção de imagens, as escolhas dos textos que foram ditos e não ditos, a não participação dos indígenas no estúdio – sem direito de fala, o convite de participar de uma entrevista em estúdio feita ao comandante geral da polícia militar do estado do Pará, Tenente Daniel Borges Mendes, mostram as relações de poder estabelecidas no processo de mediação entre o telejornal e o espectador e entre a cultura indígena e a cultura da sociedade civil.

Isso se enquadra na discussão anterior, com base em Foucault (1996), sobre o poder como verdade que se institui, pelos discursos produzidos e pelas relações entre opressor-oprimido, mandante-mandatário, persuasivo-persuadido, e outras formas de relações que exprimam comando e comandados.

Essas relações, na matéria em questão, têm-se os indígenas como os culpados pela sensação de terror; as jornalistas em posição de produtoras dos discursos; a população de Jacareacanga como vítimas dos indígenas, pois uma parte matéria promove um efeito de que toda a cidade está com sensação de medo; a presença do comandante da polícia do estado escolhido para falar do caso, bem como o delegado da cidade. Os papéis assim dispostos na matéria atribuem direito de fala apenas aos sujeitos que tem cargos e posições que são consideradas legítimas na sociedade. A presença indígena nessa matéria é interdita, fazendo parte de um procedimento de exclusão.

Vê-se também a disciplina como uma instância que efetiva esse poder, abordado por Foucault (1996). A disciplina do corpo, por exemplo, é uma delas, que é visivelmente

discursivizada na matéria em questão. A disposição dos corpos em movimento, as falas e gesticulações e a ênfase dada em palavras cruciais de intencionalidade que visem mostrar um indígena selvagem, constroem verdades construídas com base nessa relação e nos ditos e não ditos.

O não dito na matéria corresponde a não cobertura sobre o caso de assassinato de um indígena, deixando o telespectador esquecer deste caso e focar sua atenção e seu olhar às imagens de indígenas alteando fogo do posto da polícia. A disciplina do corpo do indígena se dá ao longo da história do Brasil de forma caracterizada com arco e flecha, de modo que esses adereços são indispensáveis ao veicular qualquer matéria sobre eles.

Nisto, percebe-se mesmo com tantos anos após o Brasil colonial, os indígenas lutam pelos seus direitos e tentam romper com o controle e dominação da cultura ocidental sobre eles. O termo “série de exigências” denota ao telespectador a ideia de reclamações e não de luta e reafirmação de direitos feitos por parte dos indígenas. E ainda, essas exigências que seriam passadas ao governador do estado e para a segurança pública – entidades que possuem legitimidade na sociedade, assim como a imprensa.

As relações entre as partes se dão de forma hierarquizada, colocando o indígena à margem do poder social. A determinação do cumprimento das exigências ficaria a cargo das instituições governamentais do estado, colocando o indígena como espectador das decisões. E neste caso jornalístico, a interdição se dá não apenas pelos sujeitos ligados ao poder estatal, mas também pela imprensa de não veicular o motivo dos indígenas não terem aceitado o acordo.

A interdição como procedimento de exclusão direcionado aos indígenas continua ao longo da matéria de diversas formas, seja pelo não direito de fala deles e pela veiculação de imagens e falas que distorcem o caso na íntegra.

A relação entre a informação de **um** índio assassinado e mais de **mil** munduruku em protesto coloca o estado em desvantagem em relação aos indígenas, visto que a ênfase que se dá ao número de indígenas denotaria a dimensão do protesto (Figura 2) de modo a indicar uma subjugação do estado perante os indígenas.



Figura 2 - Indígenas da etnia Munduruku.  
Fonte: Telejornal Liberal 1ª edição – Afiliada da Rede Globo. Em: 03/07/2012.

Esta fala discursiva a ideia de indígena propagado por esse telejornal, contribuindo para que a identidade indígena brasileira seja considerada como primitiva e selvagem. E isso fica bem claro no momento em que atrelam o indígena às palavras e imagens de arco, flecha, pintura e guerra. Percebe-se que o imaginário do período colonial da figura de um indígena pintado e com arco e flecha se inscrevem em uma rede de memória que permite o telejornal ainda hoje veicular tal discurso, o qual se inscreve também em uma memória de imagens.

Estes enunciados colocam o indígena como o causador dos problemas mal resolvidos pelo estado e pela sensação de tensão na cidade. E, apesar de tentarem reafirmar sua cultura e defender e lutar pelos seus costumes e justiça, o indígena ainda está em uma posição inferior aos poderes do estado, a partir do momento em que não se tem a liberdade de executarem sua própria justiça, pois dependem da autorização do estado.

Apesar do protesto reivindicando seus direitos, nem sempre eles são garantidos pelo estado e a imprensa fortalece esse discurso ao dizer que as exigências não foram

“obviamente” cumpridas. Denota-se com isso, a posição do telejornal em relação ao caso, ao mesmo tempo em que se materializa na mídia televisiva um discurso de exclusão dos indígenas quanto a sua inserção como protagonista na sociedade.



Figura 03 - Posto da polícia militar após o incêndio.

Fonte: Telejornal Liberal 1ª edição – Afiliada da Rede Globo. Em: 03/07/2012.

Esse discurso, então produzido e veiculado pelo telejornal, traz efeitos de sentido, tais como: controle, limitação, poder, hierarquização e ordenamento, que segundo Foucault (1971), define a posição do sujeito na sociedade. Os indígenas, neste caso, não possuem voz, não há direito de fala nem no cenário do jornal, nem na matéria gravada (Figura 03). Ou seja, há um controle na produção do discurso, há uma seleção do que será veiculado. Constrói-se, com isso, a história do presente do indígena, sem o discurso dele próprio. É a TV que fala quem ele é.

Durante a veiculação da matéria, as imagens do posto em chamas se repetem no mesmo momento em que as jornalistas narram no estúdio. Essa técnica do telejornal define o que telespectador deve ouvir e ver ao mesmo tempo. No momento da narração sobre os a.mais de mil Munduruku, posto em chamas, população apreendida e todos os efeitos de medo e terror, as imagens de indígenas com arco e flechas e do incêndio são passadas na televisão.



**Figura 04** - Jornalista Layse Santos narrando o caso no estúdio do Telejornal Liberal 1ª edição e protesto dos indígenas Munduruku em Jacareacanga/PA.

Fonte: Telejornal Liberal 1ª edição – Afiliada da Rede Globo. Em: 03/07/2012.

A descontinuidade proposta pelo autor favorece para entender que a matéria em análise não seja compreendida com base apenas nos ditos dos discursos, pois revelar o que há de não-dito promove a aparição da desordem aos discursos formatados pela sociedade, os discursos interditados e fixos, pois o seu acontecimento está sob o domínio das instituições e de indivíduos que detêm o poder e a soberania sobre eles, de modo que, pela sua condição de autoridade e credibilidade, são os responsáveis pela sua produção e distribuição.

A imagem mostra o incêndio provocado pelos indígenas no posto de polícia militar do estado e não em toda a cidade de Jacareacanga/PA. A veiculação da imagem e mais a fala da jornalista discursivizam que a cidade está em chamas e que o perigo propiciado pelos indígenas pode atingir qualquer cidadão em Jacareacanga. A presença indígena nas imagens se dá com base na sensação do perigo, da selvageria, da tensão (Figura 04). Essa identidade repercutida há muitos anos sobre os indígenas, inscritas em uma rede de memória, é intensificada e reconstruída a cada aparição deles em cenas de guerras, conflitos em decorrência das lutas de seus direitos.



Figura 05 - Indígenas da etnia Munduruku.  
Fonte: Telejornal Liberal 1ª edição – Afiliada da Rede Globo. Em: 03/07/2012.

Discute-se ainda sobre os efeitos de sentido que se materializam nos textos da sociedade, tanto na linguagem verbal quanto na não-verbal. Neste caso, da imagem acima (Figura 05), por exemplo, se vê um estereótipo de indígena, fortalecendo a ideia que nos traz à memória sobre as pinturas dos corpos, os utensílios como lanças e outras ferramentas de protestos. Estes compõem a realidade cultural indígena, sem dúvida, mas verifica-se a discursivização e a veiculação recorrente desse indígena em forma de protesto.

Percebe-se que cada discurso produzido socialmente faz um percurso histórico e social e tudo o que proferimos hoje é resultado de um conjunto de elementos que já foram usados anteriormente e que vão ser usados ainda.

Acontece que a construção discursiva é realizada pelo sujeito histórico que, por sua vez, pode interpretar alguns acontecimentos que se destacam na teia de sentidos para produzir seu próprio discurso em um dado momento histórico. A partir deste argumento de Gregolin (2007), se percebe, como abordado anteriormente, o poder que o discurso possui na sociedade, independente de sua época.

O discurso se (re) produz no percurso histórico em diversos lugares e situações. Ademais, é importante destacar também o papel do esquecimento para a produção do

discurso, pois ele se faz como um elemento discursivo ao se esquecer de algo e, conseqüentemente, se perderá e não fará mais parte da memória, findando em um novo discurso agora reconstituído por novos elementos, novas lembranças.

Assim, com o esquecimento e as lembranças, novos discursos sobre os indígenas vão surgindo para constituir novas identidades históricas que, necessariamente, se ligam ao passado e ao presente. O indígena que temos hoje a partir dessa matéria é aquele primitivo e selvagem e sem direito de fala.

Percebe-se que na mídia ao se trabalhar com discurso produzido pelas palavras e imagens reconfiguradas, promove a generalização e integração dos indivíduos nas mídias. E ainda promovem a constituição identitária desses mesmos indivíduos que agora lhes são impostos processos de imitação e forma ritualizada de discurso.

Esses novos discursos formam novas identidades por apresentarem novos paradigmas e estereótipos, bem como novos comportamentos sociais: maneiras de agir, falar, gesticular, até mesmo pensar. E todos esses fatores servirão de base para a inserção dos indivíduos na “comunidade imaginada” mencionada por Gregolin (2007), ao se referir à concretização da realidade na mídia, ou seja, do que é considerado como verdade.

O que se percebe hoje na mídia é uma única identidade de índio, sendo esquecidas suas diversas línguas e práticas sociais. Dentro disso, a percepção e, conseqüentemente, a interpretação que telespectadores têm de índio está aquém das vivências dos mesmos. Não diferente da história, com a produção de discursos sobre os indígenas pelos dominadores europeus, atualmente, a mídia tem se utilizada de imagens estereotipadas de indígenas para dizer quem são eles.

Quem dita a identidade indígena brasileira não são indígenas, mas sim, como na história colonial brasileira, os que exercem o poder ideológico e político, neste caso os jornalistas e o estado, o que denota uma interferência significativa nessa construção forjada identitária em que eles são os que menos interferem nessa construção, ao contrário, são eles os sujeitos interditados de seu próprio discurso.

Esse papel secundário dos indígenas na mídia televisiva contribuiu preponderantemente para uma construção de cultura discursiva escrita, oral e visual estabelecida hoje sobre os indígenas. E, como abordado anteriormente, não diferente do período colonial, essa matéria analisada funcionou mais uma vez como propulsora dessa “verdade” sobre os indígenas. Verdade está imposta pelos então dominadores, pois quando se tem um discurso como verdade, significa dizer que essa sociedade, por meio de procedimentos de poder, interdita discursos outros em favor dos seus. Por exemplo, no

momento em que se falou em reféns na matéria, provavelmente o telespectador buscou em seu quadro de lembranças pessoas vitimizadas de alguma forma, ou por estarem presas em algum lugar ou amarradas, ou mesmo sendo atacadas pelos indígenas, porém, os reféns estavam na situação.

Muito embora o tempo histórico seja diferente, bem como as práticas sociais dos indígenas e não-indígenas as condições de produção parecem ser as mesmas. Assim, vê-se um indígena que continua sendo inventado, e essa matéria funcionou como um dispositivo que instalou a representação do indígena de arco e flecha e pintado, de modo que essas características forjam diretrizes que orientam a criação simbólica da identidade selvagem.

### **Conclusões**

A constituição da identidade indígena brasileira foi sofrendo interferências de agenciamentos de poder na sociedade. O indígena desde o período colonial até hoje, em algumas mídias, não é produtor do seu próprio discurso, de modo que sua fala e versão da história são interditas, excluídas. A seleção, o controle de textos e imagens quase sempre estão sob o poder do estado e da imprensa.

A televisão se caracteriza pela imagem, o olhar do telespectador é direcionado ao que as entidades de poder em questão (imprensa e estado) querem que eles vejam. Isso mostra o quanto as relações de poder e os procedimentos de controle contribuem para a construção do discurso, tornando-os como verdade, sendo inscritos em uma rede de memória.

Unindo os discursos veiculados na matéria em questão àqueles inscritos em uma rede de memórias sobre os indígenas da história do Brasil, mais às imagens veiculadas no vídeo analisado conclui-se que a presença do indígena brasileiro foi subjugada na matéria, a qual foi produzida por um meio de comunicação que possui poder de controle. E como discutido teoricamente a mídia televisiva funciona como um dispositivo de controle que elabora seu discurso (re)constituindo identidades.

Assim, não há uma preocupação de construir um discurso que se torne também o discurso das pessoas sobre os indígenas brasileiros, oportunizando-as para que recebam essas informações como verdades. Neste objeto, tanto a seleção de imagens e o discurso proferido possibilitam esta sensação de que os indígenas são perigosos para a sociedade civil.

Imagens de indígenas como agressores já faz parte de uma memória de imagens construídas ao longo da história no Brasil, e o veículo de comunicação em questão fortalece essa identidade indígena. O processo de mediação se dá em desfavor ao indígena. Sendo assim, este trabalho tratou sobre discurso, sociedades indígenas brasileiras, mídia, redes de

memória, identidade e intericonicidade de modo a verificar como a presença indígena brasileira aconteceu na matéria do Telejornal Liberal 1ª edição, no dia 3 de julho de 2012.

Com base no vídeo analisado (matéria veiculada no dia 03/07/2012 pelo telejornal liberal 1ª edição), verificou-se que a presença indígena nessa matéria aconteceu de forma não diferente dos discursos sobre os indígenas desde o período colonial. Nesta matéria o indígena foi veiculado como um agressor, um selvagem perigoso que causa sensação de pânico ao usar seu arco e flecha, ao utilizar pinturas em seu corpo e colocar os negociadores do estado como seus reféns.

Esses aspectos foram claramente apresentados na matéria analisada neste trabalho, na qual imagens de um prédio incendiado dão a sensação que toda a cidade de Jacareacanga/PA (local do acontecimento) está em chamas, além dos discursos das jornalistas ao afirmar que vários estabelecimentos da cidade estariam fechados em decorrência desse incêndio, deixando os moradores amedrontados, bem como a divulgação que os indígenas não permitiram que os negociadores saíssem da cidade antes de fazer acordo, colocando-os na condição de reféns.

Pode-se concluir que as escolhas e seleções de textos e imagens da edição da matéria de 7min51s sobre os protestos dos indígenas da etnia Munduruku na cidade de Jacareacanga – estado Pará funcionaram como mecanismos de controle e poder estabelecidos pelo discurso midiático televisivo, em que se escreve a história do presente, atualizam-se memórias, recriam-se e se repetem antigos discursos.

As seis frentes: relações de poder; regimes de verdade; mídia e discurso; identidade; redes de memória; e intericonicidade foram perceptíveis nas imagens, nas falas das jornalistas e nas falas dos entrevistados. A presença indígena se deu por meio desse discurso proferido pela mídia televisiva em questão e pelas relações de poder que os construíram. Arcos, flechas, ritual indígena, entonação nas vozes das jornalistas, corpos indígenas pintados, prédio incendiado, aparição de paredes e objetos queimados denotou uma sensação de terror, concluindo-se que a matéria veiculada apresentou um indígena perigoso.

Não diferente da história do Brasil, o objeto de análise mostrou que mais uma vez os indígenas foram silenciados no seu próprio discurso. E que este trabalho possa ter contribuído com discussões que refletem sobre a presença indígena brasileira no telejornal local ao desconstruir o discurso da imprensa e do estado e verificar o dito e não-dito da matéria analisada.

## Referências

- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- COSTA, V.M.T. “À sombra da floresta”: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade, colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Tese de doutorado defendida no Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, 2011.
- COURTINE, J. *Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas*. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Org.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008a. p. 11-19.
- COUTINHO, I.M.S. *Dramaturgia no telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, M. *A Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GREGOLIN, M.R. *Identidade: objeto ainda não identificado?* Estudos da Língua (gem) (Impresso), v. 04, p. 23-36, 2008.
- GREGOLIN, M.R. *A mídia e a espetacularização da cultura*. In: *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. Organizado por Maria do Rosário Gregolin. São Carlos-SP: Claraluz, 2003.
- GREGOLIN, M.R. *Courtine e as metamorfoses da análise do discurso*. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M.R. (Org.). *Análise do Discurso: herança, métodos, objetos*. *Análise do Discurso: herança, métodos, objetos*. 01 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2009.
- GREGOLIN, M.R.. *Análise do Discurso e mídia: a reprodução das identidades*.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro. Editora, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.
- NEVES, Ivânia dos Santos. *A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi*. Tese de Doutorado em Análise do Discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2278/1417>. Acesso em março de 2017.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000